

## **DAS PASSEATAS ESTUDANTIS ÀS LUTAS DOS TRABALHADORES RURAIS, 1968 EM PERNAMBUCO**

Maria do Socorro de Abreu e Lima\*

*Resumo:* Este artigo traz um pouco dos acontecimentos ocorridos em Pernambuco em 1968. Com base em reportagens publicadas em um jornal local, busca demonstrar que, apesar dos estudantes terem um papel importante, outros personagens se destacaram por sua resistência às difíceis condições de vida e trabalho, que se tornaram piores com a ditadura militar. Este texto relata, de maneira sucinta, algumas lutas estudantis por direitos e liberdades, e outras, desenvolvidas por trabalhadores rurais, contra a exploração do patronato, intensificada após 1964.

*Palavras-chave:* lutas, estudantes, trabalhadores rurais, direitos.

*Abstract:* This article presents part of the events occurred in Pernambuco in 1968. Based on news published in a local newspaper, it tries to demonstrate that, in spite of the important role carried out by the students in that occasion, other important persons were present and resisted to their difficult life and work conditions, increased with the military dictatorship. This article relates, succinctly, some students struggles for liberty and rights, and others, developed by rural workers, against landlord's exploitation, intensified after 1964.

*Key words:* struggles, students, rural workers, rights.

---

\* Professora do Departamento de História da UFPE.

Foram muitas as mobilizações e lutas em 1968, no Brasil e no mundo. Ano marcante, no qual se buscava expressar, através de atos e palavras, a possibilidade de construção de uma outra realidade. Ano de crítica: ao sistema de ensino, ao capitalismo, à experiência de socialismo no Leste. Ano de solidariedade: ao povo do Vietnã, aos povos oprimidos, aos oprimidos.<sup>1</sup> Ano de inconformismo, de contestação e de sonhos, que em Pernambuco já vêm sendo construídos nas mobilizações de estudantes e trabalhadores ainda em janeiro, cujo clima buscamos retratar acompanhando as notícias publicadas no Diário de Pernambuco, periódico de ampla circulação local.

Neste mês, no Recife, já se tem um quadro daquilo que vai acontecer ao longo do ano: janeiro está carregado de protestos, momentos de tensão, repressão, busca de maiores espaços democráticos. E, mesmo considerando que é o movimento estudantil quem puxa a mobilização, outros sujeitos também estão presentes. Neste relato, alguns momentos desses embates.

No dia primeiro entrara em vigor um decreto determinando que o abatimento no preço das passagens de ônibus só seria concedido nos últimos dez dias de cada mês, de tal forma que, do dia 01 ao dia 20 a passagem seria integral para todos, e nos últimos dez dias, seria gratuita para os estudantes.<sup>2</sup> Inconformadas, as principais lideranças do movimento propõem que não se acate a medida e, em consonância com a perspectiva de abertura que o governo federal propunha naquele momento, o General Souza Aguiar, comandante do IV Exército, promove um encontro com essas lideranças e as autoridades envolvidas no assunto, propondo que os estudantes paguem passagem nos primeiros 15 dias e andem sem pagar na segunda quinzena do mês. Os estudantes, porém, insistem em que se continue no sistema antigo, com o pagamento da meia passagem ao longo do mês, alegando, entre outras coisas, que os motoristas poderiam ser instados a não parar nos pontos onde houvesse concentração de estudantes, ou mesmo questionando o sentido de os donos das empresas receberem antecipadamente o pagamento.<sup>3</sup> E decidem promover uma campanha contra o aumento das passagens. Ao realizarem uma reunião para esse fim no Colégio São Bento, em Olinda, o delegado Moacir Sales, juntamente com soldados da Rádio Patrulha e investigadores do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS),

entram no local. A reunião foi proibida e os estudantes tiveram que se refugiar no quintal do colégio.<sup>4</sup>

Na época, os exames vestibulares ocorriam em janeiro, acompanhados da irreverência dos trotes e da participação ativa da população, que, assistindo ao desfile, ria, aplaudia, vaiava, comentava, levava para casa um pouco da alegria de ter visto escrito nos cartazes aquilo que não se podia dizer, e isso rendia muitas histórias e muitas risadas. Mas como a censura, desde que o Golpe se instalou, era freqüente, nem sempre se podia contar com esse momento lúdico-crítico, que ia preparando os espíritos pernambucanos para a brincadeira geral que já era anunciada no mês que precedia o carnaval.

Assim sendo, já no dia 10 de janeiro acontece o primeiro trote, da Universidade Rural. Assim diz a notícia:

Os calouros conduziam armações de madeira dos cartazes pois a censura proibiu os dizeres. Conseguiram, contudo, ludibriar a ação da polícia, trazendo diversas faixas até a avenida Dantas Barreto, com as quais fizeram uma fogueira defronte da Matriz de Santo Antônio....Traziam todos as bocas fechadas com tiras de esparadrapo.<sup>5</sup>

O trote dos grupos III e IV, que correspondia aos cursos ligados às áreas de Engenharia e Medicina, fora permitido, tendo sido censurados 42 dos 140 cartazes apresentados inicialmente ao delegado responsável. A manchete do jornal e as fotografias estampadas na primeira página, porém, chamam a atenção para o ocorrido: “Trote causou cenas de violência no Recife” “Polícia acabou violentamente trote estudantil no centro da cidade.”<sup>6</sup> Ao desenvolver a matéria é que os fatos vão ficando mais claros. De acordo com a reportagem, a repressão começou quando os estudantes ainda estavam nas provas, bem antes de chegarem ao centro da cidade. É que a multidão se aglomerava, e aumentava a cada momento. E o aparato policial chamado para acompanhar a movimentação não conseguia conter os presentes, que insistiam em ocupar as ruas da cidade. Conforme os transeuntes tomavam o leito das ruas, a polícia tentava contê-los nas calçadas. As vaias ecoavam, os xingamentos, as provocações. A polícia insistia. O povo avançava. A polícia continuava. O povo reclamava. De acordo com o comandante da operação, a corporação teve que agir, pois fora agredida por elementos

subversivos. O fato é que a repressão aconteceu antes dos estudantes chegarem, tendo sido presas cerca de vinte pessoas e doze atendidas no Pronto Socorro com ferimentos considerados leves, entre os quais um fotógrafo do Diário de Pernambuco, que foi espancado ao longo de toda a rua Nova por estar fotografando as arbitrariedades cometidas pelos policiais. O fotógrafo do Jornal do Comércio teve sua máquina apreendida. Ainda, segundo a matéria, um soldado da PM, ao tentar perseguir um popular, foi cercado por grande número de pessoas que lhe deram uma surra.

A reportagem dizia que havia “slogans” de cunho evidentemente comunista. E outros, mais suaves. Alguns cartazes faziam críticas aos Estados Unidos: “ESSO é isso: gente como a gente roubando a gente”; num outro desenharam uma flor com o nome do então presidente dos EUA, Lyndon Johnson e a seguinte frase: “Isto não é flor que se cheire”. À pergunta “Você nasceu no Amazonas?” vinha a resposta “Yes”.

O exército também era tratado com ironia: “Democracia é lutar sem quartel”, ou ainda “Do jeito que vai, substituirão os bispos progressistas por capelões”. Nem mesmo as senhoras católicas, que possivelmente estavam começando a entender alguma coisa de democracia, pois a arquidiocese contava com um bispo do porte de D. Helder Câmara, escaparam: Cruzada Democrática Feminina “Não nos deixeis cair em subversão. Amém.”<sup>7</sup> Aliás, essas senhoras encaminharam uma nota de protesto mostrando sua indignação com o seguinte teor: “... que soldados espanquem, indiscriminadamente, simples e pacíficos transeuntes, é intolerável.” E exige “que, após rigorosas sindicâncias, sejam punidos e expulsos de sua corporação os que a desonraram com atos de barbaridade e selvageria.”<sup>8</sup>

Já no final do mês ocorreu o trote dos grupos I e II da Universidade Federal, que correspondia às áreas ligadas aos cursos de Direito e Arquitetura, respectivamente, cuja faixa de abertura dizia “Repudiamos a repressão policial”. Devido aos protestos da sociedade com relação ao que ocorrera na semana anterior, a passeata aconteceu sem maiores incidentes. Não houve censura aos cartazes, e os poucos policiais presentes nas ruas não interferiram no cortejo.<sup>9</sup>

Comumente situa-se o mês de março, com o assassinato do jovem Edson Luiz no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, como

o marco para as memoráveis lutas de enfrentamento ao regime e de apoio popular às manifestações. Contudo, em várias partes do Brasil, e o relato em destaque situa-se apenas como um exemplo, isto já vinha acontecendo, particularmente por conta das lutas dos excedentes, aprovados, mas não absorvidos, dado o restrito número de vagas disponíveis nas universidades brasileiras.<sup>10</sup> No caso a luta não ocorria somente por um maior número de vagas. Muitas vezes estas existiam, mas o tipo de vestibular realizado fazia com que as reprovações fossem elevadas. Caracterizando os vestibulares como massacre, a imprensa informa que somente 10% dos candidatos foram aprovados na UFPE na primeira opção. Como a proposta para contornar o problema foi no sentido de que aqueles aprovados em Português tivessem direito a provas suplementares, houve intensa batalha judicial, acompanhada por mobilizações dos vestibulandos, no sentido de definir se esse direito seria estendido a todos ou se estariam excluídos os que tivessem tirado zero em alguma matéria. Para os estudantes

esses fatos não podem ser analisados isoladamente: são decorrentes da política educacional do governo, que através de acordos lesivos aos interesses nacionais, fecha cada vez mais a universidade ao povo (...) Hoje, apenas 4,4% do orçamento da União são destinados à educação.<sup>11</sup>

Mobilizações e protestos foram uma constante no início do ano letivo, por mais vagas, mais verbas, contra aumento no preço das refeições dos restaurantes universitários, por mais democracia nas universidades e contra decisões arbitrárias de reitores e professores, contra os acordos MEC-USAID. Na Universidade Federal, chegou a ocorrer uma ocupação da reitoria (que na época ficava nas imediações do Parque Treze de Maio, bem próxima a várias faculdades, assim como à sede do IV Exército). Cerca de cem estudantes foram expulsos do local e levados à Secretaria de Segurança Pública, onde foram fichados e, posteriormente, liberados pelo governador.<sup>12</sup>

Protestos e greves também ocorreram em outras universidades. Na Católica, contra o aumento das anuidades. No caso da Universidade Rural, a mobilização começou como uma greve de advertência contra o aumento de mil por cento na taxa diária da refeição e continuou

devido à reação da reitoria, que adotou uma postura repressiva desde o começo, tentando enquadrar os organizadores do movimento no “decreto Aragão”, que considerava ilegais todas as greves estudantis.<sup>13</sup> No geral, a atuação das lideranças desta universidade foi bastante firme. Após 34 dias de greve o governo estadual tenta firmar um convênio para manter os preços das refeições, mas a tentativa fracassa e o presidente do Diretório Central dos Estudantes, Valmir Costa, é punido com uma suspensão de 90 dias, o que o levaria à perda do ano letivo;<sup>14</sup> os alunos prosseguem, então, em greve, agora também pelo abono das faltas do colega.

Se até março a polícia local adotava a atitude de prender, fichar e soltar os supostos subversivos, a partir de abril passou a reprimir de maneira mais intensa. No dia 03 de abril a Faculdade de Filosofia de Pernambuco foi invadida e cerca de 20 estudantes foram espancados, devido a uma vaia dada ao contingente policial que se encontrava nas proximidades, segundo as autoridades. Os estudantes decidiram, então, fazer uma greve de protesto.<sup>15</sup> Mas a polícia, além de impedir a realização de uma passeata, no dia 04 de abril, após a missa de sétimo dia pela morte de Edson Luiz, realizou quinze prisões, enquadrando doze pessoas na Lei de Segurança Nacional, entre os quais um seminarista. Mais uma vez, diga-se de passagem, a Cruzada Democrática Feminina protesta.<sup>16</sup> Posteriormente alguns serão libertados, embora quatro sejam mantidos na prisão, sem direito a banhos de sol. O noticiário informa que 90 estudantes estiveram na frente do quartel do Derbi, onde se encontravam os detidos, para visitá-los.<sup>17</sup> Neste semestre ainda se realizaram alguns protestos. Como ocorria em todo o país, a polícia impedia, efetuavam-se prisões, às vezes havia feridos. Além das questões específicas, locais, o movimento estudantil como um todo enfrentava os mesmos problemas de maneira geral e, com frequência, as atividades seguiam um calendário comum. A repressão que ocorria em outros estados transformava-se em protestos aqui e em outras cidades importantes. No mês de junho, por exemplo, houve o conhecido episódio da repressão na Praia Vermelha, que se intensificou na chamada “Sexta-feira Sangrenta”, com um morto, no Rio de Janeiro. Aqui tenta-se uma passeata, mas esta não acontece.

Após a famosa passeata dos Cem mil no Rio de Janeiro, porém, consegue-se realizar no Recife, no dia dois de julho, uma mobilização

expressiva de cerca de quinze mil pessoas, com a presença, aqui também, de padres e freiras, artistas e intelectuais, parlamentares, trabalhadores, com direito a vários discursos e a queima da bandeira dos Estados Unidos, sem repressão e com a Polícia Militar nos quartéis.<sup>18</sup>

No segundo semestre, porém, mobilizações e greves foram se tornando cada vez mais difíceis, com o endurecimento do governo federal e a proibição explícita de passeatas.

O movimento estudantil procurou avançar em 1967 e, principalmente, em 1968, por entre as brechas abertas no interior do regime militar, que oscilava entre uma “redemocratização” (a política de diálogo e de conciliação de classes) e o ‘endurecimento’ total, com a militarização do aparelho de Estado e a repressão política severa a qualquer esforço de dissenso da ordem vigente. A última alternativa foi vitoriosa, com a promulgação do AI-5 em dezembro de 1968; mas pelo menos desde agosto, o governo abandonara a ambigüidade em relação ao movimento estudantil.<sup>19</sup>

Os protestos contra a prisão dos estudantes reunidos no XXX Congresso da UNE em Ibiúna, resultam em mais prisões. Em outubro também começa a ação do Comando de Caça aos Comunistas, organização terrorista de direita que, em dois dias, promove várias ações sem serem molestados: arrombaram a sala do diretório acadêmico da Faculdade de Filosofia do Recife e tentaram atear fogo à mesma; no dia seguinte, invadiram a escola de Engenharia e a Faculdade de Educação, destruindo a sala do diretório estudantil. Na Universidade Católica, diversas dependências foram depredadas por um grupo de 15 homens armados e mascarados e, no mesmo dia, a casa de D. Helder foi pichada.<sup>20</sup> Deputados pedem uma ação enérgica do governo contra o terrorismo, mas este continua. A residência do bispo chega a ser alvejada em plena luz do dia, e os mascarados voltam a atacar diretórios, no caso, o da Universidade Rural, já em novembro.<sup>21</sup>

Os estudantes ainda conseguem realizar, no final de outubro, uma memorável passeata pelas ruas centrais do Recife, ludibriando a ação da polícia e portando faixas contra a ditadura.<sup>22</sup> E os estudantes de Medicina foram capazes de sensibilizar a população e aproximar alunos

e mestres numa ampla campanha por reformas e mais verbas para o Hospital Pedro II.

Encerrando este ano de protestos, a faculdade de Direito teve que realizar duas formaturas e, na Universidade Rural, 16 estudantes não colaram grau numa mesma cerimônia para não ter que apertar a mão do paraninfo, o então ministro das Minas e Energia, Costa Cavalcanti.<sup>23</sup>

Boa parte das lideranças estudantis, inclusive secundaristas, tornaram-se militantes de partidos clandestinos. Se antes do AI-5 as possibilidades de ações de massa já estavam muito limitadas, essas ações tornaram-se impensáveis a partir de 1969. A resistência ao regime vai, então, se manter na defensiva, mesmo quando parte dessa luta é feita por grupos de esquerda armada.<sup>24</sup>

Mas no ano de 1968 outros personagens tiveram destaque, já em janeiro. Por sua capacidade de resistência e tenacidade na busca de garantir o seu sustento, e por sua atitude de apoio aos inúmeros protestos levados pelos estudantes ao longo do ano. Falamos dos camelôs recifenses.

Burlar a repressão, tomar as calçadas centrais da cidade, exercer sua profissão de vendedor, tradição secular do povo do Recife. Os camelôs também naquele tempo corriam da polícia para não serem presos. Se o fossem, ficariam 24 horas no xadrez. De acordo com a informação alguns deles se concentravam em um local proibido e, enquanto a polícia para lá se dirigia, outros podiam vender seus produtos com certa tranquilidade em outra região.<sup>25</sup> Foram eles que, muitas vezes, emprestavam seus tamboretas para que os jovens subissem e fizessem seus comícios-relâmpagos, na avenida Guararapes, rua Duque de Caxias, praça Dezesete ou em frente ao Mercado de São José, denunciando a piora nas condições de vida da população, a falta de democracia existente no país, a presença do imperialismo norte-americano, a repressão. Alguns bairros também tinham seus comícios, como era o caso de Afogados, Encruzilhada, Casa Amarela, entre outros. Estas manifestações arrancavam aplausos do povo e muita correria para os estudantes. Certa vez, num desses eventos, um secundarista de nome Tadeu chegou a ser preso por um policial, após tentar esconder-se em uma loja. Foram os camelôs que correram em seu auxílio e, pela pressão, conseguiram libertar o jovem.<sup>26</sup>

Trabalhando no centro e morando em bairros distantes (embora também, às vezes, em mocambos próximos ao ponto onde trabalhavam), os debates e as mobilizações do período democrático freqüentemente lhes eram acessíveis por conta do próprio ofício, quando exercidos no centro da cidade. Por vezes forças de esquerda chegavam a abordá-los na busca de comprometê-los politicamente com sua causa, o que também acontecia.

Ainda presente no início de 1968 estão as pressões contra D. Helder Câmara, bispo de Olinda e Recife e grande liderança da ala progressista da Igreja Católica, crítico do regime e perseguido duramente ao longo da ditadura. O referido bispo é chamado a juízo para explicar discurso proferido num encontro de trabalhadores rurais, no qual falara, entre outras coisas, sobre os perigos que rondam as classes trabalhadoras, citando os pelegos, os advogados desonestos e a ajuda estrangeira.<sup>27</sup> E acrescentou:

(...) o governo sabe que, sobretudo no interior, a Polícia não tem meios de resistir ao ricoço local, manda-chuva todo poderoso que controla, direta ou indiretamente a política, a polícia, o juiz de direito, os jurados, etc.<sup>28</sup>

Por conta desse pronunciamento foi aberto um processo contra a sua pessoa, sendo-lhe cobrado que dissesse os nomes dos juizes ou advogados que assim agiam. Se fizera tal afirmação, deveria comprová-la. O caso vai prosseguir, mas a defesa de D. Helder, muito inteligentemente elaborada e entregue no mês seguinte, cita fatos históricos amplamente conhecidos e reporta-se a trechos de Oliveira Lima que, por motivos óbvios, não poderia ser interpelado judicialmente como ele o fora. Ao chegar e sair do Fórum foi intensamente aplaudido, recebendo “vivas” ao longo do percurso.<sup>29</sup>

D. Helder vai continuar sendo fustigado ao longo do ano, particularmente pelo vereador Wandenkolk Wanderlei. Em junho este vereador propõe a substituição do arcebispo bem como a expulsão, do Brasil, do padre Joseph Comblin, professor de Teologia no Seminário de Olinda, por conta de um estudo feito por este prelado.<sup>30</sup> Tratava-se de uma proposta alternativa ao documento que seria discutido pelos bispos na conferência episcopal de Medellín e que, apesar de

provisório e ser destinado a um estudo interno da Igreja, caíra nas mãos do vereador de extrema direita. Apesar dos ataques, D. Helder recebe a solidariedade de vários setores da sociedade. O debate sobre o texto do padre Comblin, que chamava a atenção sobre a origem dos problemas vividos pela América Latina e a responsabilidade da Igreja diante do quadro de exploração e falta de direitos na referida região, tornou-se nacional. D. Helder era citado, muitas vezes, como sendo responsável pela “comunização do clero”. A conferência, realizada em agosto de 1968, confirmou a opção pelos pobres, por justiça social, por liberdade. O padre Comblin, porém, terminou sendo impedido de voltar ao país após uma viagem, em 1972.<sup>31</sup>

Na Igreja Católica, os setores mais comprometidos com a Teologia da Libertação vão ganhando força. Para isso contribuiu também a presença de padres estrangeiros, em geral muito sensibilizados diante da triste realidade dos menos favorecidos.<sup>32</sup> A Ação Católica Operária, que lançara no dia Primeiro de Maio de 1967 um documento intitulado “Nordeste, desenvolvimento sem justiça”, em 1968 realiza, juntamente com a Juventude Operária Católica (JOC), um congresso no Recife. Para a ACO estava claro que “o desenvolvimento integral do homem era incompatível com o capitalismo”, e que era necessário construir uma sociedade sem classes.

Em 1969, porém, a equipe nacional da JOC termina sendo obrigada a se retratar por pressões da própria Igreja. Também neste ano a Igreja do Recife sofre um duro golpe com o seqüestro, tortura e morte do Padre Antônio Henrique Pereira Neto, responsável pela Pastoral da Juventude, a 26 de maio, levado a efeito pelo Comando de Caça aos Comunistas. A perseguição à Igreja Católica progressista tornara-se, então, uma constante.

Também os trabalhadores rurais são manchete já no início de 1968. Uma reportagem cita 17 engenhos e usinas da região do Cabo, com o nome dos respectivos proprietários, que se encontravam em dívidas com seus trabalhadores, particularmente no que diz respeito ao pagamento de férias de 1963 a 1967, décimo terceiro salário, pagamento da diária de oito horas e assinatura da carteira de trabalho.<sup>33</sup> Alguns acordos são propostos, solicitando-se, inclusive, liberação de crédito para pagamento de atrasados, pois havia uma usina (Maria das Mercês)

que se encontrava sob intervenção federal. Apesar disso, 15 engenhos entram em greve em 15 de janeiro.<sup>34</sup> No dia 21, apenas cinco continuam parados.<sup>35</sup> Apesar do direito de greve ter sido, na prática, abolido após o Golpe de 1964, a lei permitia sua decretação desde que fosse por atraso no pagamento de salários ou pelo não cumprimento de acordo anteriormente acertado; a greve deveria ser decretada em assembléia que contasse com a presença de representante da Delegacia Regional do Trabalho, entre outras cláusulas a serem observadas.

Em março, é a vez das denúncias de dívidas para com os trabalhadores rurais no município de Escada. As reivindicações são semelhantes àquelas feitas às usinas e engenhos do Cabo. Depois de uma reunião demorada entre usineiros e camponeses, chegou-se a um acordo parcial mediante o qual os fornecedores de cana se comprometiam a pagar 55% dos débitos relacionados em cinco parcelas iguais, nos prazos de 30 e 90 dias, sendo a primeira parcela à vista. A usina União pagará 65% e a Massauassu, 60%.<sup>36</sup> Outras duas não chegaram a um acordo, o que veio a acontecer posteriormente.

A piora nas condições de vida dos camponeses após o Golpe foi de tal ordem que, freqüentemente, afirma-se que eles se encontravam famintos, desesperados, exaustos, sem condições de reagir. Por outro lado, e exatamente devido a essa situação, é possível perceber que, mesmo sem o peso que tinham suas atividades antes de abril de 64, os trabalhadores rurais continuaram a protestar: ainda neste ano há registros de resistência de camponeses à expulsão, e propostas de desapropriação de engenhos feitas pelo próprio governo por intermédio da Superintendência para a Reforma Agrária (SUPRA). Denúncias contra os preços extorsivos dos barracões e as condições deterioradas dos alimentos ali fornecidos também eram comuns, das quais a DRT se eximia alegando não dispor de equipes nem de condições materiais suficientes para fiscalizar, de maneira adequada, os engenhos. No ano de 1968 a reação dos camponeses apenas se intensificou.

Numa assembléia sindical realizada no dia três de março em Escada, foi distribuído um manifesto denominado “Luta do Camponês”, denunciando a situação dos trabalhadores e propondo a deflagração de uma greve. Assim diz o panfleto:

Estamos passando fome por causa dos usineiros e fornecedores, que exploram a gente de todo jeito. Não pagam nosso salário e ainda roubam a gente na balança e no barracão. Aqui em Escada, os usineiros e fornecedores não pagam o salário completo, nem 13º. salário, nem férias, desde 1964. A Usina União Indústria deve 388 milhões de cruzeiros aos camponeses; Massuassu deve 177 milhões; Barão de Suassuna deve 102 milhões e Aripibu deve 100 milhões.

Os usineiros recebem ajuda do Governo, e a gente não recebe ajuda de ninguém. Porisso é preciso que a gente lute por nossos Direitos. Se a gente trabalha junto e sofre junto, deve também lutar junto, para melhorar a nossa situação. A união faz a força.

E prossegue, citando as reivindicações em questão.<sup>37</sup>

Para que se possa ter idéia do clima que se vivia na época, e das dificuldades enfrentadas por quantos tentavam apoiar os trabalhadores rurais em suas lutas, é necessário esclarecer que este panfleto foi enviado à Secretaria de Segurança Pública pelo próprio presidente do sindicato rural em questão, numa carta com o seguinte teor:

Tenho a grata satisfação de comunicar a V.Excia. que no dia 03 de março, dia da realização de uma Assembléia neste órgão de classe, alguém com a única intenção de prejudicar os camponeses soltaram pelas ruas da cidade, uns manifestos, os quais de autoria de gente que tem elevado conhecimento, porque um trabalhador do campo não é capaz de se expressar da maneira que estava escrito no citado manifesto, o qual traz o título 'luta do camponês'. Um verdadeiro abisurdo, maltratando o govêrno, as fôrças armadas e etc., dando apoio à greve e agitando os camponeses a fazerem greve. Onde o Sindicato através de seus dirigentes ameaçam a greve e procuram fazer tudo na paz, para evitar uma deflagração de greve, porque além de tudo quem sofre é o pobre trabalhador

Solicito de V.Excia. tomar as providências no sentido de investigar para ver se identifica esse elemento que anda fazendo essas propaganda subversiva.<sup>38</sup>

Depois do Golpe de 1964 houve intervenção na maioria dos sindicatos rurais. Em Pernambuco, apenas quatro ficaram fora da intervenção, e foi a partir deles que se reorganizou a Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco. Dos novos dirigentes sindicais, muitos eram funcionários da Delegacia Regional do Trabalho, ou trabalhadores diretamente ligados aos proprietários, dos quais nada se podia esperar, pois não tinham compromisso com a categoria. Outros eram ligados à Igreja Católica, que já atuava no campo desde o início dos anos 60 e que eram aceitos pelos militares, embora sofressem restrições por parte dos proprietários rurais, que sempre viam com maus olhos qualquer tentativa de organização por parte dos trabalhadores. Mesmo quando os dirigentes eram um pouco mais esclarecidos e apoiados pela Igreja Católica, receavam a presença de outras pessoas no movimento camponês. Neste sentido, agiam como agentes do regime, na medida em que se prestavam ao papel de denunciar a presença de desconhecidos num terreno que consideravam exclusivamente seu.

Em setembro do mesmo ano, no município de Ipojuca, também o presidente do sindicato envia panfletos à Secretaria de Segurança Pública, queixando-se do aparecimento de elementos estranhos em uma assembléia.<sup>39</sup> Por esses dados sabemos da presença de pessoas ligadas a partidos clandestinos atuando no campo, bem como da tentativa de mobilização dos assalariados rurais no ano de 1968. A julgar pelos panfletos, sua presença pode ser detectada desde o ano anterior.

Atuar nos sindicatos rurais, porém, era muito difícil. Os camponeses desacreditavam. Os pelegos impediam. Os sindicatos se esvaziavam. Mesmo assim, havia a presença de pessoas do Partido Comunista Revolucionário (PCR), do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), da Ação Popular (AP) no campo, nessa época.

O Partido Comunista Brasileiro, duramente atingido pelo Golpe, teve seu principal dirigente no campo, Gregório Bezerra, preso, torturado e arrastado pelas ruas do Recife logo no início de abril de 64. Muitas de suas lideranças foram perseguidas e presas, tornando-se mais arreadas a um trabalho de massas. Há relatos de trabalhadores rurais assassinados ou desaparecidos já nesta época.

Apesar de evitar aproximação com pessoas de esquerda no campo, a Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco (FETAPE), ligada ao Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), dirigido pelo padre Crespo, também sofreu represálias. Assim é que, ainda em 1967, em Vicência, o delegado sindical Manoel Tenório da Silva, foi assassinado pelo dono do engenho Belmonte e seu corpo jogado no rio Natuba, na Paraíba.<sup>40</sup> Neste caso o assassino chegou a ser preso, mas foi liberado posteriormente. Já em 1968 Severino Manoel Soares, que fora presidente do sindicato de Timbaúba e presidente da FETAPE logo após o Golpe, ou seja, pessoa vista com bons olhos pelos golpistas, foi seqüestrado e levado para a usina Cruangi, acusado de ser contra o candidato da ARENA. Levou uma surra tão forte que foi dado como morto, tendo, posteriormente, sido hospitalizado. Saiu de Pernambuco por não ter mais condições de aqui permanecer. E no Engenho Patrimônio, no município de Condado, o senhor de engenho invadiu as terras dos trabalhadores utilizando-se de tratores para destruir as plantações e espancou trabalhadores e dirigentes sindicais que protestavam e defendiam o direito de manterem seus sítios. A FETAPE denunciou o fato ao IV Exército e, por conta disso, foi instaurado, ainda em janeiro de 1968, inquérito criminal. Mas apesar da ação impetrada por 40 rendeiros do engenho, os sítios continuaram a serem invadidos, pois o proprietário pretendia substituir a lavoura branca por plantação de cana de açúcar.<sup>41</sup> É importante ressaltar que, posteriormente, esta causa foi ganha pelos trabalhadores.

No que diz respeito, porém, à luta dos assalariados rurais, os acordos firmados na Delegacia Regional do Trabalho em relação aos municípios do Cabo e Ipojuca, não foram cumpridos. E o sindicato do Cabo resolveu, em assembléias realizada em setembro, decretar greve, tendo como reivindicações básicas: a) o ingresso dos rurícolas das empresas agrícolas no quadro de contribuintes do INPS; b) acesso às terras nos termos do Estatuto da Terra; c) pagamento dos débitos.<sup>43</sup> A razão principal da greve era o cumprimento do acordo de 1966, o pagamento de férias atrasadas, décimo terceiro salário, repouso remunerado, auxílio-doença, equipamento de proteção individual no trabalho. Quanto aos benefícios do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), constituía-se numa antiga reivindicação, ainda dos

tempos de João Goulart, assim como a reforma agrária, defendida por todos os movimentos de trabalhadores rurais cuja tradição remontava às antigas lutas do PCB, às primeiras Ligas Camponesas e também, posteriormente, à parte da Igreja Católica.

O presidente do sindicato rural do Cabo era ligado ao padre Melo, que, apesar de fazer discursos favoráveis à reforma agrária, participara do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), sendo amigo de primeira hora dos golpistas. Apesar disso, o sindicalista agia com certa autonomia, chegando mesmo a discordar do padre quando da condução do movimento paredista. Já a FETAPE só apoiou o movimento com muita relutância, alegando que a greve era de interesse dos proprietários, que se beneficiariam de uma possível majoração dos preços do açúcar, advinda com o atendimento das reivindicações dos trabalhadores. Contudo, é mais plausível supor que, de um lado, a Federação não pretendia fortalecer o padre Melo, já suficientemente desmascarado por suas posições contrárias à própria entidade; e, de outro, esta federação realmente estava convencida de que qualquer ação mais ofensiva poderia implicar num endurecimento posterior contra a organização dos trabalhadores e, particularmente, contra ela própria. O argumento de que traria benefícios ao patronato não se sustenta, pois sempre fora assim, inclusive no Acordo do Campo, do governo Arraes. Naquele momento os trabalhadores tiveram um aumento efetivo, mas os preços do açúcar foram reajustados. E a Federação, então, apoiou a proposta.

A greve, deflagrada no dia oito de outubro, foi assumida por aproximadamente três mil trabalhadores, paralisando duas usinas e 19 engenhos. O delegado regional do Trabalho tentou, a todo custo, impedir o movimento, alegando que entre as reivindicações estavam questões que não eram da sua alçada, como proteção contra insalubridade, contribuição para o INPS, reforma agrária. Como seu argumento não foi aceito, a greve só foi contida com a vinda do ministro do Trabalho Jarbas Passarinho, que garantiu aceitar algumas reivindicações como o atendimento dos trabalhadores rurais pelo INPS. As carteiras de trabalho deveriam ser recolhidas para assinatura e as usinas deveriam pagar seus débitos. A exigência, porém, foi o fim imediato da greve, que

iria ser considerada ilegal e reprimida pelo patronato caso continuasse, segundo afirmação do próprio ministro. A greve foi encerrada.

É importante ressaltar a presença de forças da esquerda clandestina nesse movimento: a Ação Popular tinha militantes trabalhando no campo e um deles, Firmino, integrou a comissão de negociação. O PCBR tinha forte presença na comissão de apoio ao movimento através de alguns estudantes. Desta comissão também participavam, além do SORPE e da FETAPE, diretórios acadêmicos, o movimento Justiça e Paz, o Círculo Operário e o Sindicato dos Empregados na Indústria de Panificação.

Na avaliação da Ação Popular esta greve foi muito centrada na liderança sindical, considerada vacilante e legalista, e seus militantes tiveram uma atitude mais de expectativa, articulando-se com o presidente do sindicato sem defender com firmeza suas propostas diante da massa. Nessa medida, não houve denúncia das posições da ditadura e de seu conteúdo de classe.<sup>43</sup> Esta avaliação, contudo, não leva em conta que o governo já enfrentara dois movimentos pederistas importantes neste ano, o de Contagem, no mês de abril, e o de Osasco, no mês de julho, quando agiu com violenta repressão. Foi assinada a portaria autorizando o INPS a descontar 8% sobre o salário mínimo de cada trabalhador, que seria admitido como segurado autônomo, o que não funcionou. Os direitos previdenciários seriam efetivados para todos os camponeses com a criação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, em 1971, cujo financiamento vinha do Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador Rural, conhecido como FUNRURAL.

É importante lembrar que outros setores realizaram greves em 1968. No Nordeste, há notícias referentes a uma greve de salineiros, ocorrida no Rio Grande do Norte para pagamento de salários atrasados,<sup>44</sup> outra de bancários ocorrida no Ceará, com duração de uma semana e considerada vitoriosa,<sup>45</sup> e, anteriormente, uma rápida greve de professores em Pernambuco,<sup>46</sup> bem como referências a outros movimentos na Bahia e em São Paulo.

Durante o ano de 1968, reportagens sobre a luta estudantil ou dos trabalhadores, como vimos, eram veiculadas com frequência na imprensa.<sup>47</sup> No que diz respeito aos estudantes, as notícias geralmente estão na primeira página, muitas acompanhadas de fotografias. Os estudantes criavam, com seus protestos, fatos políticos que não podiam

ser ignorados, até porque expressavam interesses e posições da classe média, desencantada com o golpe e perplexa com a falta de oportunidades econômicas e políticas para si própria.<sup>48</sup> Essas notícias deveriam ser tratadas com a devida importância pelos meios de comunicação. Já as reportagens sobre os trabalhadores rurais, com poucas exceções, ocupam páginas internas, embora geralmente no Primeiro Caderno. Mesmo sendo fundamentais para a produção da riqueza desfrutada pelas classes dominantes, não merecem destaque maior.

Embora as lutas expressassem reivindicações específicas e imediatas de cada setor (faculdade, engenho), e isso era fundamental para garantir uma ampla participação dos interessados, essas reivindicações implicavam mudanças nas políticas traçadas pelo governo, que mexiam na essência do projeto implementado em 1964. Como atender aos estudantes, mesmo em suas reivindicações mais simples, sem destinar mais verbas para a educação? Como ampliar sua participação na universidade se no país a crítica era punida e as liberdades, cerceadas?

No caso dos trabalhadores, a política do arrocho salarial fora criada pela ditadura, a serviço do grande capital. E se ela era aplicada na agroindústria açucareira com muito mais intensidade, num processo de exploração sem limites, isto fazia parte dos interesses dos proprietários de terra da região, portanto, do *modus vivendi* do próprio regime.

Sendo assim, essas reivindicações e lutas levaram a vários momentos de tensão, geralmente resolvidos com a intensificação da repressão e, finalmente, em 13 de dezembro, com a edição do Ato Institucional nº.5.

Como vimos pelo exemplo de Pernambuco, os estudantes contavam com expressivo apoio da população, não só porque contestavam o regime, mas porque propunham medidas que favoreceriam também amplos setores da sociedade. E, ao longo do ano, procuraram uma maior aproximação com os trabalhadores, particularmente os jovens que eram mais ligados aos grupos de esquerda. Para esses partidos, a opção pelo socialismo já estava definida, e o caminho para se chegar lá, embora partindo de diferentes análises, era a luta armada. Obviamente, nem todos os que participaram das mobilizações em 1968 tinham esta opção. Para muitos ela se colocou com o fechamento do regime. Para o PCB, ela era evitada já antes de 64.

Vale mencionar, ainda, a maneira como era apresentado o governador Nilo Coelho. Sua figura desponta, nas reportagens, como um possível mediador, muitas vezes aparentando simpatia para com os estudantes, presente em algumas passeatas legais, como observador, ou considerando justas algumas reivindicações, como na luta contra o aumento do preço das refeições. A ditadura buscava, na medida do possível, aparentar certo espírito apaziguador, demonstrar interesse na abertura ao diálogo, ter um canal acessível para os momentos em que abrisse mão da truculência. Eram todos, porém, figuras do regime. A decisão efetiva estava muito mais para o IV Exército do que para qualquer personalidade de projeção política num país onde as eleições efetivamente importantes eram indiretas, com apenas dois partidos consentidos.

No caso de D. Helder, o jornal realizava reportagens que traziam as acusações das forças de direita contra ele mas também sua defesa, neste período. Sendo arcebispo com papel importante na CNBB, reconhecimento internacional e liderança expressiva e dinâmica na região, numa época de mais abertura, como foi o 1968, sua figura não podia ser desconsiderada. Dessa forma, conseguia divulgar suas idéias e preocupações, o que era fundamental; de outro lado suas afirmações eram usadas, como costumava fazer a direita, para manter idéias as mais esdrúxulas, como a de comunização da Igreja e de sério perigo para a “sociedade ocidental e cristã.”

Se a imprensa, de início, faz reportagens simpáticas aos que contestam, com o desenrolar dos acontecimentos vai assumindo posições, mesmo antes do AI-5, mais reticentes. De qualquer modo, uma fonte importante para se conhecer um pouco do que foi o 1968 em Pernambuco. O que nos permite refletir, repensar, e propor estudos que ampliem o que já sabemos a respeito.

#### Notas

<sup>1</sup> Interessante apresentação deste ano é feita por PADRÓS, Enrique Serra. Introdução – 1968: contestação e utopia In HOLZMANN, Lorena e PADRÓS, Enrique Serra (org.). *1968: contestação e utopia*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

<sup>2</sup> *Diário de Pernambuco*. 05.jan.1968. p.3.

- <sup>3</sup> DP. 14.jan.1968. p. 13.
- <sup>4</sup> DP. 21.jan.1968. p..3.
- <sup>5</sup> DP. 11.jan.1868. p. 1.
- <sup>6</sup> DP. 26.jan.1968. p.1 e 7.
- <sup>7</sup> Idem.
- <sup>8</sup> Ibidem.
- <sup>9</sup> DP. 30.jan.1968 p .1.
- <sup>10</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão e MORAES, Pedro de. *68: A paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 11.
- <sup>11</sup> DP. 18.fev.1968. p.10.
- <sup>12</sup> DP. 28.mar.1968. p.1 e 7.
- <sup>13</sup> DP. 07.mar.1968. p. 1.
- <sup>14</sup> DP. 11. abr. 1968. p. 1.
- <sup>15</sup> DP. 04.abr.1968. p. 3.
- <sup>16</sup> DP. 06.abr. 1968. p.1.
- <sup>17</sup> DP. 26.mai.1968. p. 3.
- <sup>18</sup> DP. 03.jul. 1968. p. 1.
- <sup>19</sup> RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp. 1993. pp.130-131.
- <sup>20</sup> DP. 24. out. 1968. p. 1.
- <sup>21</sup> Sobre as ações terroristas do CCC e os universitários ver SILVA, Simone Rocha. Rebelião, contestação e silêncio: o movimento estudantil em 1968 In ZAIDAN FILHO, Michel e MACHADO, Otávio Luiz (org.). *Movimento Estudantil brasileiro e a Educação superior*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007. pp. 78-80.
- <sup>22</sup> DP. 25. out. 1968. p.1.
- <sup>23</sup> DP. 10. dez. 1968. p.1.
- <sup>24</sup> Importante reflexão sobre as ações armadas de esquerda no período é feita por RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para pesquisadores in REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc. 2004. pp.53 a 65.
- <sup>25</sup> DP. 14.jan.1968. p. 1.
- <sup>26</sup> Entrevista concedida à autora por Lília Maria Gondim, em 15.out.2008.
- <sup>27</sup> No caso, vale salientar que tanto antes quanto depois do Golpe a Agência Central de Inteligência norte-americana (CIA) enviava recursos para o sindicalismo rural ligado à Igreja e que, após abril de 64 a própria Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAPE) fez convênios e recebeu financiamento do Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (IADESIL) para a construção de três centros sociais, em Carpina, Ribeirão e Garanhuns.
- <sup>28</sup> DP. 28.jan.1968. p. 3.
- <sup>29</sup> DP. 10. fev. 1968. p. 1.
- <sup>30</sup> DP. 11.jun. 1968. p. 3.

- <sup>31</sup> ALVES, Márcio Moreira. *68 mudou o mundo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. p.95.
- <sup>32</sup> SILVA, Severino Vicente da. *Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites da igreja progressista na Arquidiocese de Olinda e Recife*. Recife:Ed.Universitária da UFPE, 2006. p. 209.
- <sup>33</sup> DP. 10.jan.1968. p. 8.
- <sup>34</sup> DP. 16.jan.1968. p. 6.
- <sup>35</sup> DP. 21.jan.1968. p. 11.
- <sup>36</sup> DP. 09.mar.1968. p. 7.
- <sup>37</sup> Arquivo DOPS, pasta 28.876.
- <sup>38</sup> Idem.
- <sup>39</sup> Arquivo DOPS, pasta 1589.
- <sup>40</sup> DP. 28.jan.1968. p.9.
- <sup>41</sup> DP. 11.set.1968. p. 8.
- <sup>42</sup> Idem p.11.
- <sup>43</sup> Arquivo DOPS, pasta 29.661. Ação Popular.
- <sup>44</sup> DP. 17.set.1968. p. 10.
- <sup>45</sup> DP. 05.out.1968. p.7.
- <sup>46</sup> DP. 18.jun. 1968. p. 6.
- <sup>47</sup> A autora realizou uma pesquisa para sua tese em outro diário local, o Jornal do Comércio, e a publicação de notícias é feita de maneira semelhante.
- <sup>48</sup> Não se tratava apenas da falta de participação. “Além disso, a política financeira provocava milhares de falências entre as pequenas e médias empresas. O arrocho salarial não penalizava apenas operários – o que poderia ser lamentado, mas compreendido – mas alcançava todos os assalariados, inclusive os de classe média. A classe média sentiu-se traída. E sua amargura estimulou a luta e o protesto dos estudantes.” REIS FILHO, Daniel A.e MORAES, P. 68: *A paixão de uma utopia*. Op.cit. p. 12.